

Dom, 25 de Novembro de 2012.  
09:53:00.

**O TEMPO | MAGAZINE**  
ANCINE | AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA

## A nova cara da TV paga no Brasil

LAURA GODOY  
Especial para O Tempo

A **TV por assinatura** se tornou parte, há algum tempo, da realidade brasileira. Os canais pagos deixaram de ser uma exclusividade das classes A e B, assim como a programação que, num futuro próximo, não será mais dominada por produtos importados.

Hoje, por exemplo, estreia na HBO a série "Destino São Paulo". O projeto da O2 **Filmes** é parte da nova safra de programas nacionais com jeito de cinema que querem conquistar o público nacional. Muitas dessas produções só foram viabilizadas graças à Lei 12.485, a Lei da TV Paga. Sancionada pela presidente Dilma Rousseff em setembro de 2012, as novas normas têm trazido mudanças para o cenário audiovisual brasileiro. Mas o processo, que está apenas no início, pode precisar de reajustes para funcionar como previsto.

Segundo as diretrizes da lei, os canais deveriam veicular, a partir do segundo semestre deste ano, uma hora e 10 minutos por semana de produção nacional, cuja duração irá aumentar proporcionalmente até 2014, quando ocupará três horas e 30 minutos. Cinquenta por cento desse tempo deve ser preenchido por produções independentes. Além disso, determina que um terço dos canais oferecidos por pacotes devem ser brasileiros. "Desde que a lei foi colocada em prática, as obrigações dos chamados 'canais de espaço qualificado' têm permitido que milhões de brasileiros assistam a filmes e obras audiovisuais nacionais", defende **Manoel Rangel**, diretor-presidente da Agência Nacional do **Cinema**, a **Ancine**, responsável pela fiscalização da lei.

Uma das consequências imediatas foi o aquecimento do mercado de produtoras de conteúdo. A Associação Brasileira de Produtoras Independentes de TV (ABPITV) registrou um crescimento de 58,9% em sua base de associados no período de setembro de 2011 até a primeira quinzena deste mês de novembro. O número de produtoras ligadas à entidade passou de 151 para 240. "A lei é fruto de uma discussão que levou cinco anos. As mudanças vão ser vistas aos poucos" afirma Mauro Garcia, diretor executivo da entidade.

Algumas das maiores empresas brasileiras do ramo comemoram. A produtora executiva e sócia da O2 filmes, Andrea Barata Ribeiro, conta que foi preciso contratar mais profissionais para atender à demanda. "Atualmente temos 20 roteiristas trabalhando nos projetos encomendados. Se antes produzíamos duas séries por ano, agora são sete por semestre", explica.

Canais como HBO, GNT e Multishow já apostavam no sucesso de obras nacionais antes mesmo da lei ser sancionada. Mas as filiais estrangeiras parecem ter dificuldade em aceitar os novos termos da programação. É o caso do Warner Channel, que na última semana exibiu os filmes "Xuxa e os Duendes 2" e "Um Show de Verão" no horário que deveria ser dedicado às novidades nacionais. Para o diretor

executivo da ABPITV, esse quadro deve mudar em breve. "A repetição de longas nacionais é uma solução enquanto os produtos solicitados não ficam prontos", observa.

Outro canal que tem repetido filmes como "Dois Filhos de Francisco" e "Houve uma Vez Dois Verões" insistentemente é o Sony. Porém, Luiz Noronha, diretor executivo do núcleo de TV da Conspiração **Filmes**, adverte. "Temos vários projetos em desenvolvimento por causa da lei. Posso citar 'Amor Veríssimo', para o GNT, e 'Poderosa', para o Sony", declara.

A **Ancine** explica que ainda não há uma regulamentação específica sobre reprises. "Confiamos no bom senso do setor. De qualquer forma, a lei prevê a possibilidade da **Ancine** regulamentar o número máximo de veiculações de uma mesma obra audiovisual brasileira", afirma o presidente. Procurados pela reportagem de **O TEMPO**, os canais não se pronunciaram sobre o assunto.

**Produtoras mineiras.** A lei determina que 30% do conteúdo seja feito por empresas, técnicos e artistas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, uma tentativa de descentralizar a produção do eixo Rio-São Paulo. Apesar de estar na região Sudeste, os produtores de Belo Horizonte têm esperança de conseguir emplacar projetos nos grandes canais. Marcello Amaral Marques, sócio da Guerrilha **Filmes**, é um deles. "Na prática, por enquanto, não mudou muita coisa. Acho que porque em Minas não temos tradição em dramaturgia. Mas acredito que a lei é um excelente caminho para termos novas oportunidades", conclui.

## Produção brasileira em prova

O garçom Gleison Fabiano, 37, é viciado em séries. Se antes ele tinha preferência por obras estrangeiras, agora não perde episódios de produções nacionais. "Adorei 'FDP', 'Filhos do Carnaval' e 'Mandrake', que passaram na HBO", conta. Quando soube da Lei da TV Paga, o garçom confessa que sentiu certo receio. "Não gosto de nada que envolva obrigatoriedade e achei que teria que deixar de assistir ao que gosto para ver produtos de qualidade ruim. Mas parece que não vai ser assim. Outro dia mesmo estava assistindo ao Universal Channel com meu filho e começaram a passar curtas brasileiros. Acho que pode ser o início de uma nova fase na televisão brasileira", comemora.

Além da questão do espaço dedicado à produção nacional, a lei diz que canais abertos devem ser transmitidos pelas TVs por assinatura que operam via satélite.

A Anatel listou 14 emissoras que deveriam ser incluídas nos pacotes básicos das operadoras. A regra foi motivo de discórdia, e a Sky chegou a colocar uma propaganda no ar contra a medida.

O prazo para inclusão dos canais era dia 1º de novembro. "Nestas primeiras semanas observamos que a maior parte das empresas se empenhou para cumprir as disposições da lei. Posso dizer que a **Ancine** está fiscalizando todos os pacotes e grades de programação levadas ao ar para garantir o cumprimento integral dos regulamentos", afirma o presidente da associação, **Manoel Rangel**. Por sua vez, o presidente executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura, a ABTV, Oscar Vicente Simões de Oliveira, declara que os impasses já foram resolvidos. "Os debates ficaram no passado. O que importa agora é que a lei já se encontra em vigor e o setor de **TV por assinatura** está empenhado em atendê-la", diz.

O Canal Brasil foi um dos que passaram a integrar os pacotes básicos das operadoras Claro TV, NET, Oi TV e Sky. "Agora é possível afirmar que, pela primeira vez, o conteúdo brasileiro virou uma 'comodity'. A permanência da lei vai tornar possível uma criação intensa de conteúdo brasileiro", ressalta o diretor geral do canal, Paulo Mendonça. Com a inclusão nos planos mais simples das operadoras, o número de assinantes do Canal Brasil passou de 3.5 milhões para cerca de 12 milhões. grande parte deles vindos da

classe C. "Mas não vamos mudar a programação, isso seria subestimar esse novo telespectador", alerta Mendonça. (LG)

